

Empresas transnacionais e o Estado brasileiro: uma análise da relação entre o investimento direto externo e transformação da estrutura produtiva

Transnational companies and the Brazilian State: an analysis of the relationship between external direct investment and transformation of productive structure

Las empresas transnacionales y el Estado brasileño: un análisis de la relación entre la inversión directa externa y la transformación de la estructura productiva

Christiano Simões de Oliveira Filho¹
Juliana Bergamini Reis²
Flávio Constantino Barbosa³

Resumo

As Empresas Transnacionais são estudadas há muito como geradoras de riqueza na relação com os Estados. O impacto do ingresso de Investimento Direto Externo (IDE) na estrutura econômica torna-se um interessante objeto de estudo. Objetivando, assim, analisar esse impacto no Brasil entre os anos 2000 e 2018, este artigo mobiliza pesquisas documentais e bibliográficas para a correlação das variáveis relativas ao IDE com as variáveis relativas

à estrutura produtiva brasileira, com foco para o Produto Interno Bruto (PIB) e para as Transações Correntes. A conclusão foi que o aumento no ingresso de IDE se relacionou a um aumento baixo do PIB e não gerou nem transferência tecnológica nem transformação da estrutura produtiva e do Balanço de Pagamentos.

Palavras-chave: Investimento Direto Externo. Empresa Transnacional. Estrutura produtiva. Balanço de Pagamentos. Transferência tecnológica. Brasil.

1. Graduando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, contato: christianosdoliveira@gmail.com

2. Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, contato: julianabergamini22@gmail.com

3. Professor Orientador. Mestre em Relações Internacionais, contato: flavio.constantino@hotmail.com

Abstract

Transnational companies are studied for so long as wealth generators in the relationship with States. The impact of the entry of External Direct Investment (EDI) in the economic structure becomes an interesting object of study. Aiming, therefore, to analyze this impact in Brazil between the years 2000 and 2018, this article mobilizes documentary and bibliographic research for the correlation of variables related to the EDI with the variables related to the Brazilian productive structure, focusing on Gross Domestic Product (GDP) and Current Account. The conclusion was that the increase in the entry of EDI was related to a low increase of GDP and generated neither technological transfer nor transformation of the productive structure and of the Balance of Payments.

Keywords: External Direct Investment. Transnational Company. Productive structure. Balance of Payments. Technological transfer. Brazil.

Resumen

Las empresas transnacionales son estudiadas hace mucho como generadoras de riqueza en la relación con los Estados. El impacto de la entrada de Inversión Extranjera Directa (IED) en la estructura económica se convierte en un interesante objeto de estudio. Con el objetivo de analizar ese impacto en Brasil entre los años 2000 y 2018, este artículo usa la investigación documental y bibliográfica para la correlación de las variables relacionadas a IED con las variables relacionadas a la estructura productiva brasileña, centrándose en el Producto Interno Bruto (PIB) y en la Cuenta Corriente. La conclusión fue que el aumento en la entrada de IED se relacionó a un bajo aumento del PIB y no generó ni transferencia tecnológica ni transformación de la estructura productiva y de la Balanza de Pagos.

Palabras clave: Inversión Extranjera Directa. Empresa transnacional. Estructura productiva. Balanza de Pagos. Transferencia tecnológica. Brasil.

Introdução

O estudo das Empresas Transnacionais como atores crescentemente relevantes nas relações econômicas internacionais tem chamado a atenção de toda a sociedade, principalmente dos cientistas da Economia Política Internacional e dos canais midiáticos. Como atores cada vez mais numerosos e para os quais as fronteiras nacionais não são um limite em um Sistema Internacional globalizado de economia capitalista, essas empresas se destacam com crescente poder econômico no espaço de interação entre Estados e grupos sociais e na relação com a caracterização das economias nacionais e das suas diferenças.

Diante disso, o objetivo do presente trabalho é avaliar o impacto do ingresso de Investimento Direto Externo (IDE), realizado por empresas transnacionais, na estrutura produtiva no caso do Estado brasileiro. Parte-se sequencialmente da caracterização da economia global contemporânea e do quadro geral de interação entre os Estados e as empresas transnacionais, da apresentação da lente teórica do Liberalismo e da Interdependência Complexa e da amostra da estrutura de relações econômicas registradas pelos Estados. Essa avaliação se mostra importante para a verificação do IDE como potencial impulsionador de riqueza, emprego e desen-

volvimento tecnológico à sociedade onde ingressa, considerando o Brasil como economia em desenvolvimento. Com o uso de dados primários e secundários, isso é analisado na última seção a partir da interação com o Produto Interno Bruto e com a estrutura do Balanço de Pagamentos, principalmente com as Transações correntes, dentre outras variáveis econômicas. Assim, o estudo foca no período compreendido entre 2000 e 2018, escolhido pela observação da tendência de aumento no ingresso de IDE no Brasil após a onda de privatizações e de abertura econômica ocorrida na década de 1990.

Empresas Transnacionais, Estado e Globalização

A atual economia de mercado capitalista é caracterizada pela troca entre as empresas e nações de diversos ativos, tanto físicos quanto relacionados ao conhecimento, como bens, serviços, moeda, tecnologia, capital, direitos e mão de obra, havendo uma expansão significativa dos Negócios Internacionais nas últimas décadas. Nesse contexto, elenca-se a globalização de mercados, fenômeno relativo à integração econômica crescente dos países em escala global, levando “à compressão do tempo e do espaço” (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERG, 2010, p. 4) em meio a maior cooperação nos níveis internacional e mundial, por meio dos órgãos multilaterais de regulamentação e dos blocos de integração econômica regional. (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERG, 2010)

O desenvolvimento de novas tecnologias de informação, manufatura e transportes facilitou a internacionalização de inúmeras empresas. O investimento direto estrangeiro (IDE) se dá como o estabelecimento de presença física no exterior a partir da aquisição de ativos produtivos por uma empresa com vistas à internacionalização, resultando na obtenção parcial ou total de um empreendimento no país receptor. A estratégia de IDE justifica-se, de forma geral, por instalações físicas de operações como manufatura e montagem, pela condução de atividades de marketing e distribuição ou pelo estabelecimento de uma sede regional, colocando a empresa transnacional sob as regulamentações do Estado receptor. (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERG, 2010)

A partir de Peter Dicken (2010), a “empresa transnacional é aquela que tem o poder de coordenar e controlar operações em mais de um país, mesmo que não seja proprietária delas.” (DICKEN, 2010, p. 125). A empresa transnacional (ETN) apresentaria flexibi-

lidade geográfica, capacidade de promover processos produtivos e transacionais em escala internacional e nacional e habilidade para auferir benefícios a partir das diferenças na distribuição de fatores produtivos e nas políticas estatais entre diferentes localidades. Percebe-se que o quadro de referência das ETNs é a economia global, refletindo as tendências de expansão e aprofundamento da economia de mercado capitalista de hiperconcorrência, com a qual vantagens são criadas e destruídas muito rapidamente. (DICKEN, 2010).

Em meio às transformações do sistema global através do reflexo presente nas ETNs, Castells (1999) aborda a inovação da economia, a expansão da esfera informacional e a escalada da globalização. Na economia baseada na informação, a produtividade evolui para as novas regras e os agentes incapazes são eliminados quando não se adaptam, abrindo caminho amplo para os mercados financeiros globais. Quando interdependentes e gerenciados continuamente em meio à desregulamentação, à expansão da infraestrutura tecnológica e ao aumento da confiabilidade das firmas, os fluxos financeiros se expandem assustadoramente, com a interdependência decidindo o destino econômico global. (CASTELLS, 1999).

A globalização torna-se, então, uma grande propulsora da internacionalização das empresas, até mesmo pela redução de custos de transação permitida pelos avanços tecnológicos, mas não é o único fator. A internacionalização de empresas é motivada pelo aumento de vantagens competitivas e pela busca de mais e maiores oportunidades de lucro e crescimento (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERG, 2010). Quanto à atratividade de um mercado para o Investimento Direto Externo (IDE), ressalta-se que “para muitas pessoas, pelo menos em escala global, os dois mais importantes fatores específicos de localização são o acesso ao conhecimento e o acesso a mão de obra.” (DICKEN, 2010, p.131). Nesse meio, os dois principais caminhos para a internalização de operações em um novo mercado são a realização de uma instalação completamente nova e a fusão com uma empresa local. Nesse meio, Fusão e aquisição (F&A) é um dos métodos mais comuns e tem ocorrido internacionalmente em ondas, com crescimento no final dos anos 1990, queda entre 2000 e 2003 e novo crescimento a partir de 2004, ano no qual houve aumento de 28% (DICKEN, 2010) e que se insere no período de estudo do presente trabalho.

Nesse meio, elenca-se quatro tipos principais de IDE, realizado pelas Empresas Transnacionais (ETNs). O primeiro, o *resource seeking*, realizado com vistas ao acesso a recursos específicos a cus-

tos menores para a produção de bens, não gera fortes vínculos com as economias locais, influenciando nos fluxos de exportação. O *market seeking*, voltado para o mercado interno da economia receptora, indica defasagem tecnológica nas filiais, contribuição negativa no balanço de pagamentos e tendência à concentração de mercado, mesmo que tenha permitido importantes fluxos de exportação em países em desenvolvimento, como o Brasil. Já o *asset seeking* seria voltado à aquisição de empresas existentes. Por último, o *efficiency seeking* visa principalmente o aproveitamento do mercado local com ganhos de escala e especialização interna à corporação. (CARMINATI; FERNANDES, 2013)

Cavusgil, Knight e Riesenber (2010) afirmam que a globalização opera em fases e que a fase atual se iniciou na década de 1980, havendo enorme crescimento nos negócios internacionais desde então, com avanços nas tecnologias de comunicação e manufatura e um certo encolhimento das distâncias geográficas e culturais existentes entre as nações. Nesse meio, esclarece-se:

A partir da década de 1980, os mercados emergentes deram novo ímpeto à interconectividade econômica mundial. Essas economias em desenvolvimento e rápido crescimento (...), incluindo Brasil, (...) estão passando por um grau expressivo de liberalização, privatização e industrialização, os quais alimentam a transformação econômica global. (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERG, 2010, p. 15)

O progresso e a abundância das economias desenvolvidas são disseminados para os países em desenvolvimento por meio dos negócios internacionais, os quais seriam, então, simultaneamente, causa e consequência do crescimento da riqueza nacional. Os negócios internacionais podem contribuir para a diminuição das más condições das economias em desenvolvimento na medida em que as ETNs contribuem para a melhoria do padrão de vida por meio da geração de empregos, estes com salários mais elevados, havendo tendência de melhora nas condições de trabalho e, assim, de vida. Cavusgil, Knight e Riesenber esclarecem que as empresas exportadoras são mais bem-sucedidas na geração de empregos, cujos salários e benefícios tendem a ser melhores. Essa abordagem se destaca com a convergência dos níveis econômicos mundiais e dos estilos de vida dos consumidores, em conjunto com a padronização na venda de bens e serviços em nível mundial. No entanto, deve-se atentar à questão de que a integração das nações de baixa renda à economia global ocorre com menor rapidez que as demais. (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERG, 2010)

A relação entre as empresas transnacionais e o Estado

No processo de início ou continuidade à internacionalização em meio à busca por um novo país (um novo mercado) para alocar seus recursos e operar, a empresa entra em um processo de barganha com o país, aqui tratado como entidade única, conforme Dicken (2010). Esse processo pode dizer respeito ao local onde a Empresa Transnacional (ETN) realizará suas operações, às condições burocrático-legais para a sua operação, aos possíveis incentivos, como fiscais, às formas de tributação e de financiamento, dentre outros fatores, podendo alterar a preferência da empresa por onde investir. Nesse meio, pode haver concorrência entre países pelo investimento e, quanto maior for esta, mais fraca será a posição desses países para barganhar, possibilitando até mesmo que as ETNs provoquem os Estados uns contra os outros para garantir o máximo de retorno para seu investimento (DICKEN, 2010). Nesse processo, Dicken esclarece que:

Em geral, as ETNs almejam maximizar sua flexibilidade local para tirar vantagem das diferenças geográficas na disponibilidade, qualidade e custo de entradas de produção ao atender seus mercados existentes e novos. Por outro lado, os Estados procuram captar o máximo possível do valor gerado na produção dentro de seus territórios. Nesse último contexto, um objetivo básico de um Estado hospedeiro é tentar incorporar as atividades de uma ETN o mais fortemente possível à economia local/nacional. (DICKEN, 2010, p.264).

Nesse meio, o poder relativo de barganha dos países hospedeiros e das ETNs dependeria de três elementos básicos. Estes são a demanda relativa de cada parte pelos recursos controlados pelo outro, as restrições sobre cada um e o status de negociação das partes. Em um quadro de cooperação e conflito, as empresas são necessárias para a geração de riqueza em um país, mas também necessitam do Estado para acessar as infraestruturas de apoio, institucionais e físicas, importantes para suas metas comerciais. Portanto, seguindo Dicken (2010), pode-se afirmar que o quadro de poder e benefício entre as empresas transnacionais e os Estados, com seus povos, é variável e imprevisível, a priori. As relações complexas entre os Estados e as ETNs mostram que suas funções são diferentes, interdependentes e complementares entre si: enquanto as ETNs procuram a maximização do lucro, os Estados procuram a maximização do bem-estar. (DICKEN, 2010).

Joseph Stiglitz vai além da riqueza das grandes empresas transnacionais, afirmando também o grande poder político que portam. Uma vez que um governo promove políticas de tributação ou regulamentação que as desagradam, elas ameaçam sair com visão voltada ao lucro, já que sempre há outro país disposto a recebê-las com vistas ao acesso a capital, receitas tributárias e emprego. No entanto, é inegável que elas têm disseminado os benefícios da globalização com a elevação do padrão de vida pelo mundo, facilitando a oferta dos produtos dos países em desenvolvimento nos mercados industriais avançados e possibilitando que os desejos e as preferências dos consumidores sejam quase instantaneamente de conhecimento dos produtores. Em um campo mais relacional e delicado, esclarece-se que as ETNs “têm sido os agentes da transferência de tecnologia dos países industriais avançados para os países em desenvolvimento, ajudando a diminuir a diferença de conhecimento entre os dois grupos” (STIGLITZ, 2007, p.304), além de diminuir a diferença de recursos. (STIGLITZ, 2007)

Na relação entre Estado e Mercado, Stiglitz (2007) evoca Adam Smith afirmando que até mesmo o conhecido como pai da economia moderna “percebeu que numa economia de mercado sem freios os incentivos privados muitas vezes não se harmonizam com os custos e benefícios sociais” (STIGLITZ, 2007, p.306). Ao enfraquecer as comunidades, as grandes empresas podem até mesmo prejudicar o desenvolvimento no longo prazo, sendo explorado o desequilíbrio de poder pelas ETNs, visto que, muitas vezes, aproveitam da questão de que os empregos se colocam acima da preservação do meio ambiente e do cuidado com a saúde dos trabalhadores nos países em desenvolvimento. Além disso, o investimento direto estrangeiro (IDE) é acompanhado pela dificuldade de responsabilizar as empresas em casos de transgressões sociais, morais e até legais. (STIGLITZ, 2007)

Com a globalização, os comportamentos empresariais anti-competitivos tornaram-se mais dificilmente detectáveis e mitigáveis, considerando que os benefícios às empresas com grande poder de mercado são globais enquanto a aplicação legal e jurisdicional é fragmentada, deixando à deriva os consumidores de países pequenos e em desenvolvimento. Nesse meio, Stiglitz (2007) afirma:

A globalização aumentou os problemas resultantes do desajuste dos incentivos nas corporações modernas. A competição entre os

países em desenvolvimento para atrair investimentos pode resultar numa corrida ao fundo do poço, na medida em que as companhias buscam um lar com as leis trabalhistas e ambientais mais fracas. (STIGLITZ, 2007, p.313-314)

As grandes empresas transnacionais costumam tentar influenciar as políticas nacionais com recursos monetários, como na forma de lobby, visando muitas vezes a flexibilização de legislações, principalmente ambientais e trabalhistas. Apesar disso, percebe-se uma maior facilidade de influenciar acordos internacionais, como de comércio, o que pode levar a um maior descompasso entre os incentivos privados e sociais. Essa facilidade se deve à possibilidade de as ETNs driblarem o processo democrático no nível doméstico (STIGLITZ, 2007), além de poderem se colocar no meio dos conflitos intergovernamentais e aproveitar dos momentâneos vácuos de poder no nível internacional.

A perspectiva geral das Relações Internacionais

A lente teórica para análise dos fenômenos e processos aqui apresentados é a perspectiva do Liberalismo das Relações Internacionais (da Economia Política Internacional), que centraliza o papel do Mercado. A partir dela, observa-se que o Sistema Internacional é marcado pela Interdependência e que os Estados podem cooperar entre si e com os indivíduos, assim como com as empresas, em busca de um benefício mútuo, devendo-se buscar ganhos absolutos positivos para todos. Nessa perspectiva, os indivíduos, as firmas (ou empresas) e os Estados são o foco de análise, sem colocar o Estado como predominante. Os dois primeiros maximizam o benefício econômico para a sociedade ao exercerem o auto-interesse, sendo as empresas fontes de riqueza econômica. Coloca-se, assim, as Empresas Transnacionais (ETNs) como forças positivas ao trazer vantagens tanto para o país de origem como para os demais países receptores, os quais teriam suas economias alavancadas a partir das transferências de capital e do acesso a novas tecnologias e a novos mercados. (O'BRIEN; WILLIAMS, 2016).

Invocando a Interdependência Complexa, com a aceitação de um cenário internacional anárquico de natureza conflituosa, a qual não permite a harmonia completa, mas a cooperação, o mundo seria formado por Estados soberanos e outras unidades que impac-

tam reciprocamente uns aos outros, resultado das transações internacionais. Percebe-se que essa interdependência foi promovida e aprofundada, até mesmo em termos de complexidade, o que caracteriza a globalização. Diferente da interconexão, a interdependência requer que os efeitos das transações dependam dos constrangimentos e/ou custos associados, necessitando de reciprocidade. No entanto, Robert Keohane e Joseph Nye afirmam que não necessariamente há simetria, sendo a interdependência assimétrica fonte de poder, pela qual uma menor dependência relativa pode classificar um ator como mais poderoso. (KEOHANE; NYE, 1971)

Apresentando o Liberalismo como base teórica junto à interdependência complexa, Keohane (1990) o afirma como doutrina de liberdade a partir do reconhecimento das possessões e das liberdades dos indivíduos, das firmas e dos grupos sociais frente aos Estados. Mesmo que a teoria liberal não tenha divisões incisivas e/ou uma teoria singular, Keohane afirma quatro perspectivas principais: os liberalismos republicano, comercial, regulatório e sofisticado. No presente trabalho, o foco se dá na perspectiva comercial, partindo da ideia de que o aprofundamento das relações econômicas internacionais, com maior atenção para os comércio e negócio internacionais, levará à paz e à prosperidade em referência a uma sociedade progressista, ordenadamente estável e com mínima necessidade de interferência do Estado. Por consequência, o aumento da produtividade mundial depende intrinsecamente da divisão internacional do trabalho, ligado à extensão do mercado mundial, em suma, à extensão das relações econômicas internacionais. (KEOHANE, 1990)

Nesse contexto, torna-se interessante avaliar como as relações econômicas internacionais se relacionam às saúdes, estabilidade e prosperidade macroeconômicas e à caracterização da estrutura produtiva de um país no âmbito doméstico. Assim, poder-se-á entender a interferência das ETNs e seus impactos com o Investimento Direto Externo a partir da análise de dados do Balanço de Pagamentos e seus componentes.

O Balanço de Pagamentos

O Balanço de Pagamentos (BP) parte de um registro sistemático em escala global, padronizado pelo Fundo Monetário Internacional, de transações, dentro de um mesmo Estado, entre residen-

tes e não residentes. O BP é dividido em Transações Correntes (TC), Conta Capital (CC) e Conta Financeira (CF). As Transações Correntes englobam todo fluxo real de bens, serviços e renda, sendo dividido em: Balança Comercial, Balanço de Serviços, Balanço de Renda Primária e Balanço de Renda Secundária, com os dois últimos formando juntos a Renda Líquida Recebida do Exterior. A Conta Capital trata de ativos não financeiros não produzidos e transferências unilaterais de capitais. Por último, a Conta Financeira trata dos ativos e passivos externos: investimentos diretos, investimentos em carteira, derivativos, outros investimentos, ativos de reserva e erros e omissões. (CARVALHO; SILVA, 2017).

Assim, o Investimento Direto Externo (IDE), realizado pelas empresas transnacionais, presente objeto de estudo, encaixa-se na Conta Financeira, porém tem impactos diretos e indiretos, a longo e a curto prazo nos outros componentes do Balanço de Pagamentos. Esse investimento pode ser mecanismo alternativo para o influxo financeiro como forma de solucionar as crises de inadimplência que ocorrem a nível global. Com um IDE auxiliando nesta solução, a entrada e adaptação de uma Empresa Transnacional (ETN) entrará no Balanço de Pagamentos como transação de ativos; venda no caso do país em que a ETN está entrando, e aquisição no caso do país em que a sede da ETN reside. Resume-se, assim, uma troca de ativos entre déficits e superávits, fazendo com que o fluxo de ativos seja mais intenso, tornando-se mecanismo importante nos países em desenvolvimento. (KRUGMAN; OBSTFELD, 2015).

Introduzindo ao tema, todo Investimento Direto Externo é potencialmente benéfico por trazer consigo capital, emprego, bens, tecnologia e serviços para o país que está se instaurando em primeiro plano. Sua inserção no país gera maior fluxo de capitais, possibilitando mais empregabilidade, tecnologia para determinado setor e, conseqüentemente, consumo. Por outro lado, pode significar envio de parte da renda para fora do país como Renda Primária, possibilitando a geração e aumento de uma tendência deficitária nas Transações Correntes. Aborda-se, assim, a conseqüência da queda do Produto Nacional Bruto (PNB), pois, quanto mais o país enviar renda para o exterior, menor o PNB, importante para o desenvolvimento econômico a partir de residentes. (KRUGMAN; OBSTFELD, 2015).

A análise liberal do Investimento Direto Externo faz com que o resultado da relação entre as ETNs e os Estados seja tendencio-

samente benéfico: geração de empregos, aumento da renda doméstica e evolução tecnológica. Assim, percebe-se uma relação interdependente (mesmo que seus objetivos sejam diferentes), em que, muitas vezes, são necessários processos de negociação e barganha para que haja o funcionamento geral (DICKEN, 2010).

A estrutura econômica brasileira em relação com o ingresso de IDE

É possível analisar as empresas transnacionais (ENTs) em relação com os Estados a partir de diversas perspectivas, desde o momento em que a empresa decide por tentar operar em um país até quando ela já estiver em pleno funcionamento e apresentando lucro. O presente trabalho terá como centro a análise da estrutura econômica brasileira com indicadores de desempenho macroeconômico a partir do Balanço de Pagamentos. Analisar-se-á, a partir de dados quantitativos, como o fluxo de Investimento Direto Externo (IDE) impacta a estrutura de produção e de mercado em meio ao desenvolvimento tecnológico e ao bem-estar geral no Brasil. Coloca-se em foco a relação entre o Estado brasileiro e a (s) ETN (s) para a verificação dos potenciais benefícios trazidos pelo ingresso de IDE do ano 2000 ao 2018, período posterior ao da onda de privatizações e da abertura econômica permitidas pelos governos Fernando Collor e Itamar Franco (1991-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

A situação brasileira quanto à relação entre entrada de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e crescimento do Produto Interno Produto (PIB), em meio a outras variáveis econômicas, é muito bem avaliada por João Guilherme de Oliveira Carminati e Elaine Aparecida Fernandes (2013), que analisaram o período de 1986-2009. Eles partem do questionamento de se a economia brasileira continuou como forte receptora de IDE depois de cessado o processo de abertura à entrada de capital estrangeiro junto da série de privatizações ocorrido na década de 1990 e início de 2000. Coloca-se que houve um aumento na entrada de IDE, mas não havia nenhuma preocupação estatal com a qualidade dos investimentos nem com o direcionamento deles para áreas consideradas prioritárias da economia, começando com a falta de restrições cambiais para a realização de transferências para o exterior (CARMINATTI; FERNANDES, 2013). Isso já não estava em conforme com a ideia

de que o Estado receptor de IDE deve se preocupar com incorporar as atividades da empresa o mais fortemente possível à economia local (DICKEN, 2010).

Carminati e Fernandes referenciam alguns autores que já analisavam os elementos concernentes à entrada de IDE no Brasil. Cita-se a criação de divisas simultânea à não solução da restrição externa da balança comercial por não alterar profundamente a pauta de exportações, a perda de atratividade relativa da indústria frente ao setor terciário e o direcionamento de IDE a uma economia mais aberta com PIB em maior nível e com maior crescimento (não o contrário). Observando os estudos da década de 1990, não se teria um consenso sobre o impacto dos IDEs na economia brasileira, concentrando-se no setor de serviços, com entrada realizada majoritariamente por fusão e aquisição, em um ambiente com infraestrutura pouco desenvolvida, alta carga tributária e elevadas taxas de juros, e com envio da maior parte dos lucros das ETNs para o exterior. (CARMINATI; FERNANDES, 2013)

Coloca-se como máxima econômica a questão de que o crescimento econômico é trazido pela acumulação de capital físico e pelo progresso tecnológico. Nesse contexto, contribuições teóricas importantes indicam que o IDE é capaz de gerar crescimento de longo prazo, uma vez que aumenta a quantidade de capital físico na economia receptora e promove transmissão tecnológica em direção aos países em desenvolvimento em conjunto com a transferência de conhecimento. No entanto, sem um ambiente político e social propício e sem qualificação devida do capital humano, esse tipo de investimento perde parte de sua eficácia e pode resultar em maior repatriamento do capital. (CARMINATI; FERNANDES, 2013)

O estudo quantitativo de Carminati e Fernandes estabeleceu em seus resultados relações entre variáveis econômicas de diversas origens para a economia brasileira no período de 1986-2009, base para o presente trabalho, com o IDE como categoria central. Por exemplo, foi percebido aumento nos fluxos de IDE na década de 1990, por conta das privatizações e da ampliação das possibilidades de entrada de capital estrangeiro, mesmo com a possível distorção gerada pela indexação da economia. O desenvolvimento do setor financeiro (DES), representado pelo efeito do aumento do crédito direcionado ao setor privado, teve efeito significativamente positivo sobre a entrada de IDE no Brasil entre 1986 e 2009.

Maior DES não só aumenta a capacidade da economia de atrair IDE como também amplia seus benefícios, podendo o acesso a maior crédito e a serviços financeiros eficientes facilitar a transmissão tecnológica e a indução de externalidades. (CARMINATI; FERNANDES, 2013)

No ponto mais importante do estudo, conclui-se que o impacto do incremento no Investimento Direto Estrangeiro sobre o crescimento da economia brasileira é positivo e estatisticamente significativo, mas pequeno. Ressalta-se que os benefícios do IDE dependem da dotação dos fatores locais, como desenvolvimento do setor financeiro e da infraestrutura, políticas cambiais e elementos macroeconômicos. Por outro lado, concluiu-se que a elevação nos fluxos de IDE teriam um efeito prolongado e de longo prazo sobre o crescimento do PIB, visto que um choque no IDE não apresentou total dissipação no período analisado. Quanto ao efeito pequeno do IDE sobre o crescimento econômico, ressalta-se:

diante de um cenário tal como o observado para a economia brasileira – infraestrutura inadequada, falta de qualificação do capital humano nacional, ausência de uma política nacional que redirecione estes investimentos para áreas prioritárias da economia (...) –, o repatriamento do capital pode ser maior que o esperado, e a sua contribuição para o aumento do PIB pode ficar prejudicada. (CARMINATI; FERNANDES, 2013, p.162)

Em outro estudo, a produtividade do Investimento Direto Externo é muito bem analisada por Eduardo Correia de Souza e Lucas B. T. Pinto (2013) a partir de 23 setores da indústria brasileira entre 1996 e 2008, onde se questiona sobre os benefícios do ingresso do IDE. A metodologia de análise do Investimento Direto Externo está em desenvolvimento até os dias atuais, podendo seus estudos gerar conclusões conflitantes sobre o impacto das empresas transnacionais na economia, devendo-se observar minuciosidades. Os principais teóricos analisam de diversas formas e há muitos fatores relevantes na análise, como os elencados pelos autores da complexidade econômica, mas chama-se atenção para a conclusão de Baldwin, Braconier e Forslid de que “as empresas multinacionais influenciam positivamente a taxa de crescimento endógeno via transbordamentos tecnológicos.” (SOUZA; PINTO, 2013, p.4).

Entre 1996 e 2008, o IDE desenvolveu-se intensamente a partir de 1998 na área de agricultura, pecuária e extrativismo

mineral, enquanto a área industrial mostrou um salto a partir de 1999 e se intensificou em 2006. Até o final do período mencionado, o IDE acompanha uma tendência de aumento em ambas as áreas. Em uma segunda análise, é claro perceber a influência do IDE no Produto Interno Bruto brasileiro. Os resultados estão em conformidade com o que eles analisaram no Efeito Liu: o impacto do Investimento Direto Externo pode não ser, a curto prazo, positivo. Os benefícios trazidos pelo IDE podem ser de longo prazo, em que as empresas locais envolvidas precisam se adaptar e aprender uma nova rotina de produtividade e estratégia para, assim, aumentar sua capacidade, onde os transbordamentos tecnológicos ocupam lugar central. Em suma, um processo de adaptação é necessário para o IDE surtir um efeito esperado, e este processo pode trazer um resultado negativo a curto prazo, mas, a longo prazo, um resultado positivo. (SOUZA; PINTO, 2013).

Em meio a todo esse quadro, é essencial analisar o Investimento Direto Externo em seus detalhes, o que será feito a partir do relatório do Banco Central do Brasil de 2018, apresentando dados de 2010 a 2016. Em uma análise da posição do Investimento Externo no País (IDP), evidencia-se que a variação está mais ligada a uma diferença cambial entre o dólar e o real do que uma diferença de investimento pelas empresas receptoras e investidores não residentes (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018). Introduce-se conceitualmente que:

O país do investidor imediato é o país de domicílio da empresa não residente que investiu diretamente na subsidiária ou filial no Brasil. O país do controlador final é aquele de residência do investidor que detém o efetivo controle e interesse econômico na empresa investida no Brasil. Assim, o controlador final é identificado a partir da seguinte análise: partindo da empresa receptora de investimento direto no país, percorre-se a cadeia de relações de controle até encontrar a empresa não residente que não possua controlador.” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018, p.12)

Com uma estabilidade de investimento, é necessário analisar os detalhes do histórico do Investimento Direto Externo. Durante o período, é possível afirmar que a Europa se manteve como maior participativa no Capital com países investidores imediatos, com 60% dos investimentos externos. A América do Norte se encontra como segundo maior investidor, com aproximadamente 22% durante o período. Em um ranking de países, os Países Baixos são

os maiores investidores, seguidos dos Estados Unidos da América e, depois, da Espanha. A análise de setores investidos também é importante, sendo possível perceber aumento no setor de serviços e leve diminuição no setor de agricultura, pecuária e extrativismo mineral, com o setor industrial relativamente estável. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

No período retratado, os países europeus têm um papel maior como país do investidor imediato do que como país do controlador final. Porém, os números de ambos acompanham uma sincronização, pois seguem um padrão similar. A América do Norte tem papel maior como controlador final do que como investidor imediato. Não é possível notar uma sincronização neste caso, apenas nos anos de 2015 e 2016. Já na Ásia, o mesmo acontece: o papel de final é maior do que o papel de imediato. Porém, a sincronização acontece em todo o período e de forma harmoniosa. A China tem um papel pequeno como investidor imediato, mas tem um papel importante como controlador final, que aumentou ano após ano de 2010 a 2016. De 2016 para o ano seguinte, os ingressos líquidos de Investimento Direto no País (IDP) vindos da China como controlador final saltaram de US\$4,2 bilhões para US\$10,9 bilhões. 72% destes estão no setor de eletricidade, seguido de 10% em serviços financeiros, 5% em produtos químicos, 4% em eletrônicos e ópticos e 8% em outros. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018)

Entre 2010 e 2015, o papel do *round-tripping* passou de US\$46 bilhões para US\$16 bilhões. Desde 2010, a percentagem desse processo tem se reduzido porque as empresas receptoras e controladoras finais passaram a se fixar no território brasileiro. Por outro lado, Estados Unidos e Países Baixos eram fortes canalizadores de *round-tripping*. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018). Esclarece-se que:

O *round-tripping* se refere à canalização por um país estrangeiro de investimento direto cujo destino final é o próprio país de origem. Assim, sob a perspectiva brasileira, o *round-tripping* se dá quando uma empresa residente no Brasil (A) canaliza investimento direto por meio de uma empresa controlada no exterior (B) que é investidora direta em uma terceira empresa residente no Brasil. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018, p. 17)

Em uma outra análise, é evidenciado que a maior parte das empresas receptoras de Investimento Direto no país têm um capital menor que US\$1 milhão. O número dessas empresas passou

de 57% em 2010 para 65% em 2015. Um outro aspecto é a distribuição por setor de atividade econômica. Em 2010, a divisão já se encontrava ligeiramente uniforme, sendo a maior parte 14,3% das empresas voltadas ao setor imobiliário. Em 2015, esta divisão se tornou mais uniforme, mas as empresas voltadas para o comércio passaram de 12% para 16,6% do total. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

A localização das empresas dentro do território brasileiro também é importante. Em 2015, a maior parte das empresas do setor industrial se localizavam no estado de São Paulo, seguido por Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em suma, localizavam-se no Sudeste do país. Por outro lado, o número de empregados em empresas de IDP cresceu de 6% para 9% entre 2010 e 2015. No mesmo período, a distribuição do emprego se concentrou no setor comercial, crescendo de 13.1% para 17.8%, seguido do setor automotivo, passando de 9,1% para 7,1%. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

Estas empresas também são comparadas com as exportações e importações totais do país. Em 2010, as exportações das empresas de IDP eram de US\$77 bilhões e, em 2015, de US\$54 bilhões. As importações, em 2010, significavam US\$86 bilhões pelas empresas de IDP, passando para US\$62 bilhões em 2015. Assim, demais empresas domésticas cresceram significativamente. No comércio internacional, o setor predominante, no ano de 2010, era de 17%, com o comércio. Em 2015, o setor automotivo passa a ser o predominante com 19% de participação. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

Em meio a todas essas considerações, faz-se necessário evocar os dados anuais relativos ao Balanço de Pagamentos do Brasil entre os anos 2008 e 2018, todos indicados no Anexo1, Tabelas 1, 2, 3 e 4 e Gráficos 1 e 2, e coletados a partir de documentos oficiais e de livre acesso do Banco Central do Brasil. Foi tomada a decisão de se retirar o máximo de dados possíveis do relatório de 2019 do Balanço de Pagamentos, mesmo que pudessem ter sido retirados dos relatórios dos respectivos anos, porque foram encontradas diferenças entre os relatórios de diferentes anos para os mesmos dados e o relatório de 2019 é o mais recente entre os consultados e apresenta as devidas correções realizadas pelo Banco Central para os dados de anos anteriores.

Todos os dados com * foram retirados do relatório de 2019, Banco Central do Brasil (2019), considerando que todos os da-

dos indicados a seguir estão entre os sem *. Os dados de 2008 e 2009 foram coletados do relatório de 2009. Até 2008, o cálculo do Investimento Direto era feito somando o no Exterior com sinal negativo e o no País com sinal positivo. A partir de 2009, o cálculo passou a ser feito somando os dois com sinal positivo. Os dados de 2010 foram coletados do relatório de 2010. Os dados de 2011 e 2012 foram coletados do relatório de 2012. Os dados de 2013 e 2014 foram coletados do relatório de 2014. Observa-se que, a partir de 2013, houve uma mudança no cálculo do Investimento Direto no sentido de somar o IDP com sinal negativo. Os dados de 2015 foram coletados do relatório de 2015. Os dados de 2016 foram coletados da publicação de Nonnenberg (2018) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O Investimento Direto de 2016 foi calculado a partir da subtração entre IDP e Investimento no Exterior. O cálculo de Conta Financeira sofreu alterações ao longo do tempo, mas isso não interfere na análise do presente trabalho. Em meio aos dados da Tabela 4, a partir do relatório de 2019, ressalta-se que, dentro da Participação no capital (passivos), os Ingressos foram de US\$70.394 milhões em 2017 e US\$61.166 milhões em 2018 e, dentro das Operações intercompanhia (passivos), os Créditos recebidos do exterior foram de US\$68.182 milhões em 2017 e US\$88.163 milhões em 2018 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019).

Em meio a esse quadro, deve-se analisar os efeitos percebidos na nova era das relações econômicas internacionais brasileiras marcada por transformações profundas nas dinâmicas do Investimento Direto Externo advindas da onda de privatizações e de abertura econômica logo antes dos anos 2000, com aumentos expressivos no Investimento Direto no País (IDP), conforme demonstrado na Tabela 3 do Anexo 1. A relação do IDE com o crescimento econômico e com a estrutura do Balanço de Pagamentos no Brasil no período de 2000 a 2009 já foi amplamente analisado a partir das fontes bibliográficas usadas anteriormente nesta seção. Os dados do Anexo 1 servirão à continuação dessa análise para o período de 2008 a 2018, cuja base será as relações entre variáveis e as proposições teóricas já apresentadas anteriormente, com foco para os impactos sobre Transações Correntes e, mais especificamente, Exportações e Importações.

Os dados do Anexo 1 apontam um contínuo agravamento no déficit das Transações Correntes e da Balança de Serviços e ainda

na relação TC/PIB de 2009 a 2014, ocorrendo o completo oposto a partir de 2015, o que indica que o Brasil não teve sua estrutura de TC transformada de forma sólida e ainda aprofundou seu quadro de excesso de absorção na maior parte do período. Aliado a isso, a Balança Comercial teve flutuações muito marcantes ao longo dos anos do período analisado, o que reforça a falta de transformação na estrutura de TC. Segundo o Gráfico 1 do Anexo 1, as Importações e Exportações apresentaram dinâmicas de flutuação muito semelhantes e negaram a transformação na estrutura comercial do Brasil, com flutuações expressivas e sem substituição efetiva de uma pela outra, apenas com maior distância entre Exportações e Importações em direção a maior superávit a partir de 2015.

Por outro lado, é necessário analisar os efeitos na Renda Primária e na Remessa de Lucros. Pode-se perceber que as remessas de lucros geradas no país estão diretamente ligadas ao impacto das empresas de IDP no período analisado e, em consequência, à renda primária. Este número é enormemente significativo considerando o envolvimento destas empresas no país, com recursos se tornando um forte multiplicador de lucros. De acordo com o Gráfico 2 do Anexo 1, é possível perceber que a Renda Primária sofre altas e baixas até meados de 2014, para, depois disso, aumentar de forma mais contínua. Assim, mostra-se o investimento direto externo passando por um processo de adaptação até atingir um crescente avanço de forma mais branda e uniforme.

Este período de risco das empresas de IDE é exemplificado, assim, na mudança de renda primária citada anteriormente: uma queda seguida do aumento e, logo, constante crescimento brando. Em resumo, o país passa por uma melhora na renda primária até o ano de 2009, diminuindo no ano seguinte. Até 2013, passa-se por um constante crescimento até determinado pico, em que o padrão se repete de forma mais branda até manter o crescimento constante até o ano de 2018. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019).

A partir desses dados, é importante ressaltar a proposição de Carminati e Fernandes (2013) de que o Investimento Direto Externo tem capacidade de gerar crescimentos a longo prazo desde que em um ambiente sociopolítico favorável. Pode-se perceber que o crescimento teve êxito e teve impacto significativo no PIB devido ao aumento de produtividade gerado pelas empresas de IDP, mas há muitos outros elementos e eventos para possibilitar um controle comparativo e causal e uma análise completa, como os efeitos

da onda de privatizações desde a década de 90, que impacta até o recorte temporal analisado. Conforme o Anexo 1, observa-se também diminuição nos números da Conta Financeira e da Conta Capital, com direcionamento dos investimentos à Renda Primária como transferência unilateral das Transações Correntes.

O outro quadro positivo observado foi o de aumento contínuo nas Exportações de 2015 a 2018 em um distanciamento relativamente bastante significativo das Importações simultaneamente ao aumento no IDP, podendo significar uma conquista das empresas exportadoras, mais benéficas à economia segundo Cavusgil, Knight e Riesenberg (2010). No entanto, esse período é muito curto para concretizar uma conclusão e está muito distante da onda de privatizações e de abertura econômica, não se podendo confirmar a relação desse quadro com o IDE. Pode-se apontar a não ocorrência da disseminação de prosperidade pelos negócios internacionais ou, mais especificamente, pelo IDE, previsto a partir de Cavusgil, Knight e Riesenberg (2010).

Dessa forma, pode-se afirmar que os aumentos expressivos no Investimento Direto no País (IDP) não se converteram em mudanças efetivas na estrutura econômica do Brasil com o Exterior e não promoveram transferência de tecnologia de forma a transformar a falta de autonomia tecnológica na estrutura produtiva brasileira. Assim, o caso brasileiro no período de 2000 a 2018 não confirma totalmente a proposição de Stiglitz (2007) de que as Empresas Transnacionais promovem a transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento.

Isso pode ser explicado pela localização onde esses investimentos foram realizados, pois, segundo o relatório do Banco Central do Brasil (2018), esses investimentos continuaram concentrados em uma mesma região, o Sudeste brasileiro, o que gera menos efeitos na renda e na transferência tecnológica do que se fossem realizados de forma menos concentrada. Por outro lado, observou-se uma concentração maior e crescente do emprego no setor comercial, o qual promove menos a transferência tecnológica, simultaneamente à diminuição na concentração do emprego no setor automotivo, por exemplo. Nesse meio, segundo o Banco Central do Brasil (2018), de 2010 para 2015, tanto as exportações como as importações das empresas de IDP diminuíram significativamente, em escalas muito semelhantes, o que significa uma diminuição na participação dessas empresas no comércio internacional.

Outra explicação para todo esse quadro pode vir das proposições de Carminati e Fernandes (2013) sobre os tipos de IDE. Diante do que já foi analisado, podem ter predominado o *resource seeking* e o *market seeking*, ambos impulsionadores dos fluxos de exportação, mas com o primeiro não gerando vínculos fortes com a economia local e com o segundo indicando defasagem tecnológica, tendência à concentração de mercado e contribuição negativa no balanço de pagamentos, conforme foi observado.

Por fim, reconhecemos que os efeitos e as causas da transferência tecnológica são muito vastos e podem ser incluídos em análises e pesquisas mais extensas. É possível expandir a literatura presentemente apresentada e realizar estudos estatísticos com mobilização de mais dados. Isso abriria espaço para mais explicações para o objeto de estudo presente, tanto reafirmativas como negativas das afirmações apresentadas aqui, mas finalizamos a análise nesta linha propositando um artigo na presente pesquisa.

Considerações finais

O presente artigo procurou relacionar as dinâmicas das Empresas Transnacionais com as dinâmicas estatais e interestatais na economia capitalista globalizada para descobrir o impacto do ingresso de Investimento Direto Externo (IDE) na estrutura produtiva brasileira. Descobriu-se que o aumento no ingresso de IDE no Brasil observado no período de 2000 a 2018, esperado após a onda de privatizações e de abertura econômica da década de 1990, refletiu aumento pequeno, apesar de significativo, no Produto Interno Bruto brasileiro.

A hipótese de que o IDE é impulsionador do desenvolvimento tecnológico nas economias em desenvolvimento a partir da transferência de tecnologia do país de origem ao país de destino não foi confirmada pelo caso estudado. Isso se deu a partir da observação de que a estrutura produtiva e a estrutura do Balanço de Pagamentos do Brasil não apresentaram transformações de caráter permanente ou de longo prazo, mas apenas melhoras momentâneas e flutuações com manutenção da tendência deficitária nas Transações Correntes.

Referências

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Departamento Econômico (Depec). **Relatório Anual 2009**, Volume 45. Brasília, 2009. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relações Econômico-Financeiras com o Exterior. In: **Relatório Anual 2010**, Volume 46, p. 81-152. Brasília, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Chris/OneDrive/Área%20de%20Trabalho/BC%202010.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relações Econômico-Financeiras com o Exterior. In: **Relatório Anual 2012**, Volume 48, p. 73-136. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Departamento Econômico (Depec). **Relatório Anual 2014**, Volume 50. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Departamento Econômico (Depec). **Relatório Anual 2015**, Volume 51. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Ministério da Fazenda/Secretaria de Política Econômica. **Balço de Pagamentos: dezembro/2018**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Investimento Direto no País**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioid/RelatorioID2016>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- CARMINATI, João Guilherme de Oliveira; FERNANDES, Elaine Aparecida. O impacto do Investimento Direto Estrangeiro no crescimento da economia brasileira. **Planejamento e Políticas Públicas - PPP**, [s.l], n. 41, p. 141-172, jul./dez. 2013.
- CARVALHO, M. A., SILVA, C. R. L. **Economia Internacional**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Cap. 2 e 5.
- CAVUSGIL, S. Tamer; KNIGHT, Gary; RIESENBERG, John R. **Negócios Internacionais: estratégia, gestão e novas realidades**. São Paulo: Pearson Prentice, 2010.
- DICKEN, Peter. **Mudança Global: mapeando as novas fronteiras da economia mundial**. 5.ed. Tradução Teresa Cristina Felix Sousa. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. Transnational Relations and World Politics: an introduction. **International Organization**. Cambridge: Harvard University Press, v. 25, n. 3, 1971.

KEOHANE, Robert O. International Liberalism Reconsidered. In: DUNN, John (org.). **The Economic Limits to Modern Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional**: teoria e política. Tradução Ana Julia Perrotti-Garcia. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

O'BRIEN, Robert; WILLIAMS, Marc. **Global Political Economy**: evolution and dynamics. 5.ed. New York: Palgrave Macmillan, 2016.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. Câmbio e Balanço de Pagamentos. **Carta de Conjuntura**, [s.l.], n. 38, p. 1-8, 1º trim. 2018.

SOUZA, Eduardo Correia de; PINTO, Lucas Baracho Torres. Investimento Direto Estrangeiro e Produtividade nos Setores da Indústria Brasileira. **Insper Working Paper**: Instituto de Ensino e Pesquisa. WPE 305/2013. [S.l.], p. 2-32. 2013.

STIGLITZ, Joseph. **Globalização**: como dar certo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Recebido em: 18 de outubro de 2020
Aprovado em: 06 de setembro de 2021